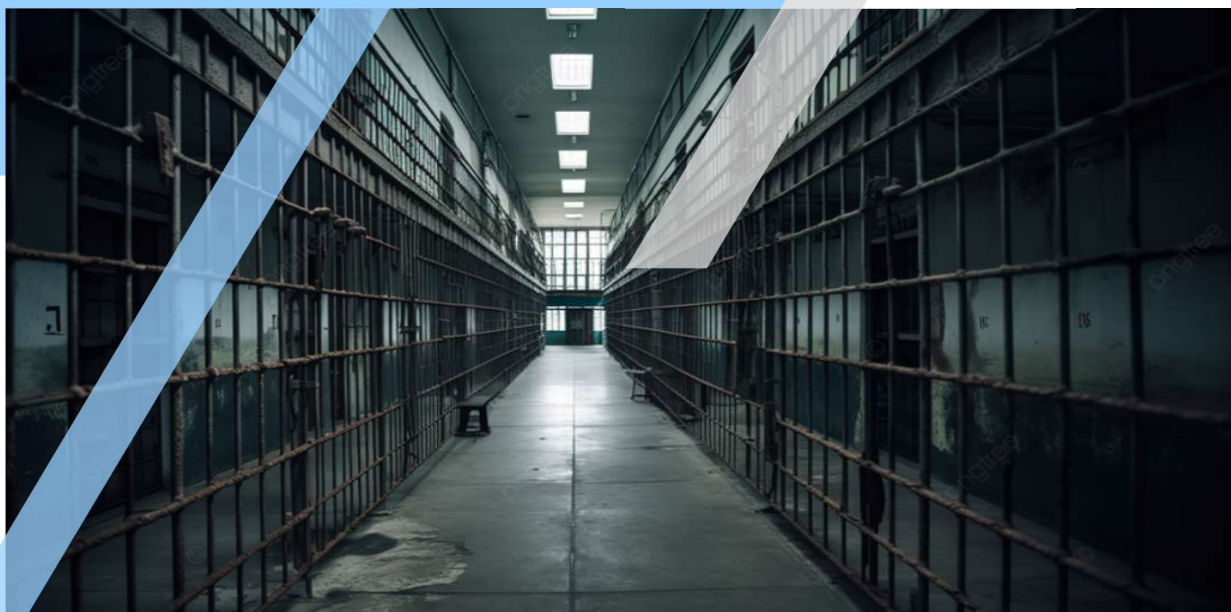


PROPOSTA DE OBSERVATÓRIO PARA GESTÃO DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO E EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PENAIS



Fabiana Maria Santos Procópio
Prof. Dr. Andrew Beheregarai Finger

APRESENTAÇÃO	3
Justificativa	3
OBJETIVOS	4
Objetivo geral	4
Objetivos específicos	4
FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO	5
Parcerias	5
DESCRIÇÃO DAS ESTAPAS DO PROJETO	6
Planejamento	6
Estrutura	6
Aspectos institucionais	6
Ações de popularização	7
Ações de aproximação	7
CUSTO-BENEFÍCIO	8
REFERÊNCIAS	9

Este documento, concebido como um Produto Técnico-Tecnológico (PTT), é resultado da pesquisa de dissertação intitulada *Gestão do conhecimento científico para efetivação de políticas públicas penais: um estudo de caso na Escola de Administração Penitenciária de Alagoas*, do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública (Profiap), na Universidade Federal de Alagoas.

Fabiana Maria Santos Procópio

Mestranda em Administração Pública /
Universidade Federal de Alagoas
fabiana.procopio@feac.ufal.br

Prof. Dr. Andrew Beheregarai Finger

Orientador / Universidade Federal de Alagoas
finger.andrew@gmail.com

Última atualização: Maceió, 14 de setembro de 2024.

Justificativa

Diante da necessidade de gerir o conhecimento e informações proveniente das pesquisas científicas realizadas no sistema penitenciário de Alagoas por instituições de ensino e pesquisa que, com frequência, protocolam pedidos para que seus pesquisadores desenvolvam estudos ou realizem visitas técnicas (Alagoas, 2023), os quais devem ser atendidos e auxiliados pela Gerência da Escola de Administração Penitenciária - EAP/AL (Alagoas, 2016; Alagoas, 2022), é primordial a instituição de um Observatório Científico vinculado à EAP/AL, como uma estratégia de GC inovadora, possibilitando que se promova o controle, a sistematização, a divulgação e a popularização desse conhecimento, contribuindo, assim, com evidências para a tomada de decisão na efetivação de políticas públicas penais.

Com a implantação dessa estratégia de GC pretende-se melhorar o grau de maturidade em GC da EAP/AL que ainda está no nível de *iniciação*, como evidenciado nos resultados desta pesquisa. Mas é não apenas isso!



O Observatório de Políticas Penais é uma estratégia de aproximação com a comunidade acadêmica e tem potencial para contribuir com a melhoria do atual cenário político, jurídico e social do sistema penitenciário brasileiro, sobretudo em razão do “estado de coisas inconstitucional” declarado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio da Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 347, pelo constatado quadro de violação massiva e persistente de direitos fundamentais, decorrente de falhas estruturais e falência de suas políticas públicas.

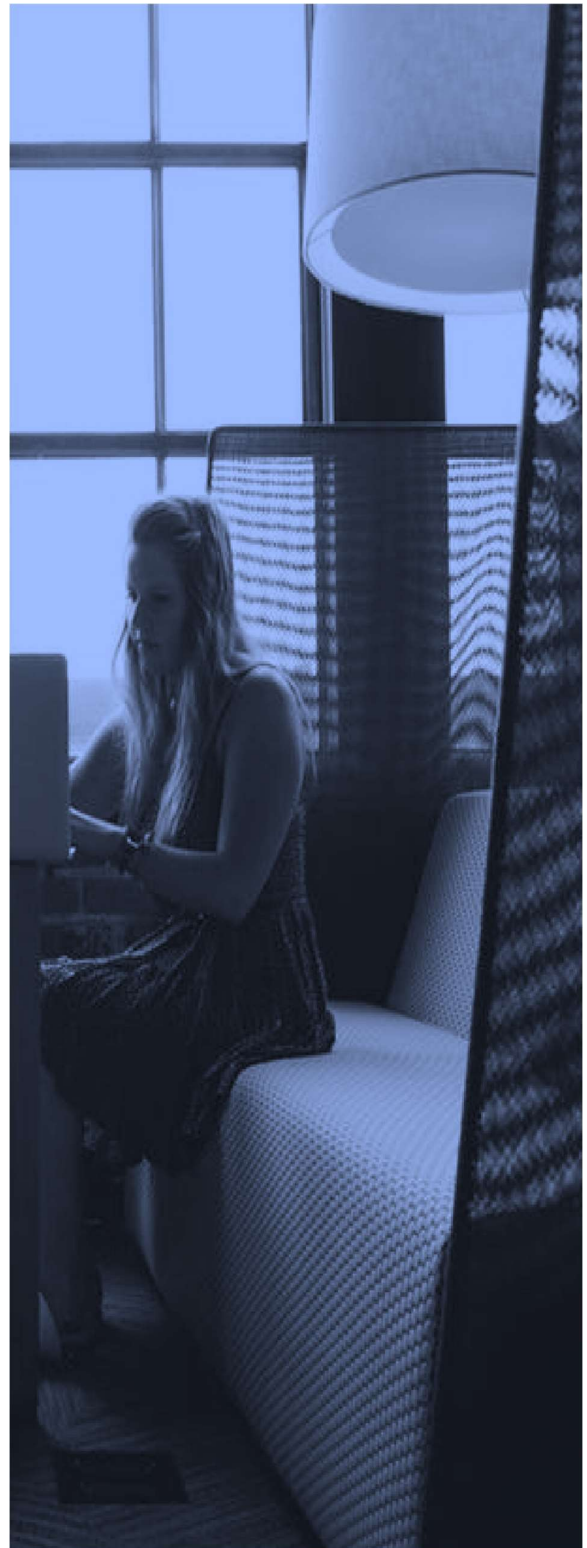
OBJETIVOS

Objetivo geral

Atuar como um canal, técnico e político, entre a administração penitenciária e as instituições de ensino e pesquisa no processo de desenvolvimento de pesquisas científicas e realizar a gestão de suas evidências no âmbito do sistema penitenciário de Alagoas

Objetivos específicos

- I. fomentar a realização de pesquisas científicas de temas de interesse do sistema prisional de Alagoas;
- II. sistematizar as informações produzidas, criar e divulgar indicadores quantitativos referentes às atividades de pesquisa científica no sistema penitenciário de Alagoas;
- III. fornecer subsídios à alta gestão penitenciária para auxílio na tomada de decisão e elaboração ou aprimoramento de políticas públicas penais;
- IV. ampliar a percepção da sociedade sobre o potencial da instituição e avanços na área da ressocialização;
- V. divulgar as pesquisas desenvolvidas no âmbito do sistema penitenciário de Alagoas, para tornar o conhecimento científico disponível a toda sociedade;
- VI. evitar duplicações de estudos científicos e esforços desnecessários.



Parcerias

Um fator crítico de sucesso do Observatório de Políticas Penais é que a aproximação da administração penitenciária com as instituições de ensino e pesquisa para a promoção do conhecimento científico no sistema penitenciário de Alagoas, tem o potencial de viabilizar novas *parcerias*, inclusive, com outros observatórios científicos e canais de divulgação e popularização da ciência, atuantes no Brasil e no exterior, conforme Farias e Maia (2020).



Ah! E agindo assim a organização atenderá ao ODS 17.17 da Agenda 2030 da ONU.

Planejamento

- Escolher os profissionais e colaboradores responsáveis pelo desenvolvimento e manutenção do observatório;
- Mapear e identificar os atores-chave que desenvolvem pesquisas científicas no sistema penitenciário alagoano;
- Mapear evidências científicas para identificação do conhecimento já disponível, com base em Boeira (2020);
- Levantar as áreas temáticas mais pesquisadas e definir eixos temáticos de maior interesse para o sistema prisional.

Estrutura

- Realizar a modelagem operacional, em parceria com Núcleos de Pesquisa que trabalhem com GC, definindo-se os recursos necessários para criação, manutenção e funcionamento do observatório;
- Normatizar o observatório por meio de portaria, indicando seus objetivos e atribuições;
- Elaborar o fluxograma dos processos inerentes às atividades do observatório.

Aspectos institucionais

- Promover o apoio técnico e institucional necessário para o desenvolvimento das pesquisas no sistema penitenciário, verificando seus respectivos impactos sociais e contribuições;
- Incentivar o desenvolvimento de pesquisas científicas entre os servidores penitenciários, sobretudo pelos policiais penais;
- Criar um banco de orientadores, a partir do credenciamento de professores mestres e doutores que aceitem orientar pesquisas de servidores que não possuam mais vínculo institucional com alguma IES;

- Elaborar e publicar editais de pesquisa sobre temas de maior interesse do sistema penitenciário de Alagoas.

Ações de popularização

- Criar repositório no site institucional da SERIS, para disseminar as evidências científicas, com linguagem adaptada a diferentes públicos;
- Estimular o uso do jornalismo, das redes sociais e de outras formas de comunicação para ampliar a disseminação do conhecimento científico;
- Apoiar e realizar eventos científicos, como feiras e seminários, com temáticas relevantes e de interesse do sistema prisional;
- Difundir os eventos e capacitações ofertadas pelas instituições de ensino e pesquisa parceiras.

Ações de aproximação

- Disponibilizar acesso aos dados e informações de caráter público referentes ao sistema penitenciário para instituições de ensino e pesquisa;
- Promover a interação contínua entre pesquisadores e tomadores de decisão da alta gestão penitenciária;
- Acompanhar visitas técnicas de estudantes e profissionais para execução de projetos de pesquisa de iniciação científica, monografias, dissertações e teses por instituições de ensino e pesquisa;
- Desenvolver, em parceria com as instituições de ensino e pesquisa, a partir das pesquisas científicas e análises dos dados coletados sobre o sistema prisional alagoano, novos projetos ou aprimoramento das políticas públicas penais existentes.

Atenção!

O custo dos recursos necessários para implementar o projeto, conforme apresentado no subitem *estrutura*, são ínfimos em relação à economia que o Observatório trará, com políticas penais mais eficientes e com melhor qualidade e efetividade social.

Que tal implantar essa estratégia de gestão do conhecimento na sua instituição e melhorar a efetivação das suas políticas públicas ?!



ALAGOAS. Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão Social. **Portaria nº 1951**, de 23 de novembro de 2023. Regulamenta o procedimento para o ingresso de visitas técnicas destinadas a estudantes, profissionais e pesquisadores que contribuam para o aprimoramento da assistência às pessoas privadas de liberdade custodiadas no sistema penitenciário de Alagoas. Diário Oficial do Estado: Maceió, AL, p. 51, 24 nov. 2023.

ALAGOAS. Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão Social. **Portaria nº 698**, de 18 de julho de 2022. Institui o Regimento Interno da Escola de Administração Penitenciária de Alagoas (2022b). Diário Oficial do Estado: Maceió, AL, p. 23-34, 19 jul. 2022.

ALAGOAS. **Decreto nº 49.051**, de 22 de junho de 2016. Dispõe sobre o regimento interno da Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão Social - SERIS. Diário Oficial do Estado: Maceió, AL, p. 1-18, 23 jun. 2016.

BATISTA, Fabio Ferreira. **Modelo de gestão do conhecimento para a administração pública brasileira**: como implementar a gestão do conhecimento para produzir resultados em benefícios do cidadão. Brasília: IPEA, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/754>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BOEIRA, Laura dos Santos. **Manual mapa de evidências para o sistema prisional**. Escola Nacional de Administração Pública (Enap), 2019. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4803>. Acesso em: 7 de abr. 2023.

FARIAS, Maria Giovanna Guedes; MAIA, Francisca Clotilde de Andrade. Proposição de Observatório Científico para popularização da ciência. **Informação & Sociedade: Estudos**. João Pessoa, v. 30, n.3, p. 1-19, jul./set. 2020.